

Entre a valorização da diversidade humana e a negação da historicidade sócio-espacial: o que pode o ecoturismo na Amazônia?

Entre el valorization de la diversidad humana y la negación de la pareja – la historicidad de espacio: ¿qué enlata en el Amazonian ecoturismo?

Between human diversity's valorization and the socio-spatial historicity denial: what does ecotourism can in Amazônia?

Maria Augusta Freitas Costa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará
Av. Governador José Malcher, n. 2271, apto. 203
São Bras - CEP: 66.060-230 - Belém - PA
gusta@ufpa.br

Willame de Oliveira Ribeiro

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará
Av. Governador José Malcher, n. 2271, apto. 203
São Bras - CEP: 66.060-230 - Belém - PA
will@ufpa.br

Maria Goretti da Costa Tavares

Profa. Dra. do Departamento de Geografia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará
Av. Governador José Malcher, n. 2271, apto. 203
São Bras - CEP: 66.060-230 - Belém - PA
mariagg@amazon.com.br - goretti@ufpa.br

Resumo: A Amazônia apresenta nos discursos sobre a região, a riqueza natural como traço primordial, sendo por isso, considerada espaço privilegiado das práticas ecoturísticas, cuja formação teórica aponta para a geração de reduzidos impactos ao ambiente, no entanto, as experiências dessa natureza na região têm se manifestado de forma pouco coerente com sua teoria, pois a preocupação em grande medida, se restringe aos aspectos naturais, pouco sendo dispensado às sociedades locais. Apesar disso, o potencial do ecoturismo, não apenas em termos de geração de renda, mas também como vetor de valorização dos aspectos culturais das sociedades locais não pode ser desconsiderado, para tanto a sociedade amazônica deve necessariamente ter participação ampla nas práticas e no planejamento dessa ramificação do turismo, com vistas ao equacionamento das atuais distorções vivenciadas na região.

Palavras-chave: Amazônia; Ecoturismo; Relações sociedade-natureza; Espaço vivido; Ambientalidade.

Resumen: La Amazonía presenta en los discursos de la región, la riqueza natural como trazo primordial, estando por lo tanto, considerado espacio privilegiado de los ecoturísticos prácticos, cuya formación teórica apunta con respecto a la generación de impactos reducidos al ambiente, sin embargo, las experiencias de esta naturaleza en la región se ha revelado de forma poco coherente con su teoría, por lo tanto la preocupación en la gran dimensión, si restringe a los aspectos naturales, siendo dispensado poco a las sociedades locales. A pesar de esto, el potencial del ecoturismo, no solamente en términos de la generación de renta, pero también como vector de la valoración de los aspectos culturales de las sociedades locales no puede ser desconsiderado porque de tal manera la sociedad amazónica debe necesariamente tener la participación amplia en las prácticas y la formulación de planes de esta ramificación del turismo, con miras al equacionamiento de las actuales distorsiones vividas profundamente en la región.

Palabras-clave: Amazonía; Ecoturismo; Sociedad-naturaleza de las relaciones; Espacio vivido; Ambientalidad.

Abstract: Amazônia presents in the speeches about the areas, the natural wealth as primordial line, being that, considered privileged space of the ecotouristics practices, whose theoretical organization points to a reduced impacts generation to the atmosphere, however, the experiences of that nature in the area have been manifesting in a not very coherent way with its theory, because the concern in great measure, limits to the natural aspects, not very being released the local societies. In spite of that, the potential of the ecotourism, not just in terms of generation of income, but also as vector of cultural aspects' valorization of the local societies cannot be disrespected, for so much the amazon society should necessarily have wide participation in the practices and in the planning of that tourism's ramification, with views to the equalization of the current lived distortions in the area.

Keywords: Amazônia; Ecoturism; Society-nature relationships; Lived space; "Environmentalitay".

Introdução

O exotismo dos organismos naturais sempre exerceu uma grande atração sobre os homens, Vidal de La Blache em 1954, ao reportar-se aos primeiros navegadores viajantes, já ressaltava essa atração. O ecoturismo, na atualidade, demonstra ser movido por interesse semelhante, em muitos casos, reduzindo-se a “ver” o natural, por meio de programações de curta permanência das agências de turismo, calcada na idéia de que o importante é “ter” contato com a natureza, não importando a forma nem a razão. No âmbito dessa dinâmica a Amazônia passa a ser um reduto de relevante interesse à atividade ecoturística, tendo sua imagem intimamente relacionada à selva tropical, à vida animal e vegetal, enfim, aos recursos naturais.

No entanto, o estabelecimento de práticas ecoturísticas vai muito além do mero contato com os recursos naturais de determinado local, sendo caracterizado pelo estabelecimento de relações com a práxis mediada pelos símbolos e pela ação comunicacional preexistente no lugar. A totalidade apreciada na escala dessa práxis envolve o cotidiano, o momento, o fugidio, mas também, segundo Carlos (1996), a história, o permanente, o fixo, o identitário. Se o ecoturismo, ao se implementar, estabelece relações fortemente conflituosas ou mesmo de negação dessa totalidade estará renegando a personalidade do lugar, seus aspectos peculiares e especiais e, assim, debilitando o potencial de geração de benefícios às sociedades que sofrerem tais intervenções em seus espaços.

A Amazônia conta na atualidade com inúmeros empreendimentos de ecoturismo, dentre os quais uma trilha ecológica no setor oeste da ilha de Mosqueiro, na cidade de Belém, que foi projetada em 1998 e desde então vêm sofrendo inúmeras intervenções. Com extensão, segundo a Companhia de Turismo de Belém - BELEMTUR - (2002), de 3688m em terra firme entre as localidades de Castanhal do Mari-Mari e Caruaru, um antigo caminho utilizado pelos moradores das duas localidades para interligá-las, e intercalada por passeios fluviais nos quais é possível apreciar a exuberância dos aspectos naturais de suas floresta densas, secundárias e de várzeas, onde se encontram 29 espécies de mamíferos, 35 espécies de aves, 5 espécies de lagarto, 8 de serpentes, 9 de anfíbios e 59 famílias de artrópodes. A trilha de Mosqueiro, que abarca ainda um ponto na localidade do Espírito Santo, tem sido um exemplo emblemático desses redutos turísticos na Amazônia.

Natureza e sociedade nos discursos e práticas ecoturísticas

Inúmeros autores demonstram os fundamentos da constituição da natureza, Arlete Rodrigues (1997), citando Robert (1969) e Schama (1996), diz que estes acertam ao afirmar que a natureza é demarcada pela sociedade e, portanto, é um construto dela, que a delimitando e a diferenciando pode ao longo da história subjugá-la, desvendando seu funcionamento. Para Fenell (2002, p. 98) a falta de compreensão das complexidades e inter-relações do meio-ambiente contribuíram à sensação de que as localidades marginais - como as áreas selvagens - eram locais que precisavam ser subjugados. A concepção contemporânea de

natureza postula a necessidade de “convivência harmoniosa” entre homem e natureza e não mais a subjugação degradadora do passado, mas uma subjugação conservadora, envolta por essa, a matéria natural passa a ser recurso turístico. Nesse viés, Santos (1999, p. 53) aponta a transformação da natureza em objeto:

No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos [...].

A matéria natural enquanto recurso turístico projeta-se ao atendimento de uma delicada relação de produção, pois o turismo ao ensejar suas formas dominantes de privatização e mercantilização da natureza exige transformações na paisagem que a adequem aos anseios de uma demanda específica. Na contramão dessa tendência e indo ao encontro do pensamento de Fenell (2002) e, portanto, da versão contemporânea de natureza, ergue-se o discurso de uma forma sustentável de exploração dos recursos naturais pelo turismo, uma tipologia ecológica desse que se focaliza principalmente, como nos mostra esse autor, na experiência e no aprendizado sobre a natureza, contribuindo para a conservação ou preservação destas.

Todavia o que se observa nos discursos do ecoturismo é a perpetuação da visão originária do termo natureza, fato ratificado nas palavras de Fenell: “[...] Não há dúvida de que a cultura pode ser parte da experiência do ecoturismo; no entanto, a questão é que muito provavelmente ela é uma motivação secundária e não um dos fatores principais como no caso da natureza e dos recursos naturais” (2002, p. 53). Procedendo dessa maneira o ecoturismo apresenta-se, como indicado por Diegues (1996), mais como fomentador de desequilíbrios que de sustentabilidade, pois desvirtua a complexidade embutida nesse objeto social que é a natureza.

Evidentemente, como nos mostra Santos: “o que aparece aos nossos olhos como natureza não é mais a natureza primeira, já é uma natureza segunda [...] Isso é fácil de constatar numa cidade ou numa zona agrícola e é menos perceptível em certas áreas onde as modificações impostas pelo homem são menos visíveis” (1996, p. 172). Então, preponderantemente, engendra-se a necessidade de repensar a inserção de áreas florestais no circuito produtivo do turismo, pois, como afirma Diegues (1996), os eventos do ecoturismo não podem mais se destinar simplesmente a criação de espaços de “adoração da natureza” despojados da presença humana, se é que os defensores do ecoturismo pretendem seguir sua predisposição à seguridade. Contudo, mesmo quando apresentam esse redirecionamento e apesar da variação de escala, os empreendimentos associados ao turismo ecológico apresentam impactos socioambientais ou distorções na distribuição de seus benefícios que os tornam susceptíveis a certos questionamentos e relativizações como atividade sustentável.

O caso da trilha Olhos D’água em Mosqueiro está susceptível a tais questionamentos, já que vislumbrando a inserção da população residente na área circunvizinha ao parque ambiental de Mosqueiro (localidades Castanhal do Mari-Mari, Caruaru e Espírito Santo) nos movimentos do turismo ecológico, pouco contribuiu, como objetivava, para o envolvimento mais participativo dessas localidades ou à sensibilização dessas ao ecoturismo, nem a

noção básica sobre esse ramo do turismo ou mesmo sobre o próprio turismo foi engendrada a população local, nem pela intervenção da Prefeitura Municipal de Belém em 2002 nem em 2003. Isso ficou evidente em pesquisa realizada no ano de 2003, onde apenas cinco (5) pessoas responderam saber o que é o ecoturismo em um universo de vinte e seis (26) famílias entrevistadas, número que diminui para três (3) pessoas caso se considere que as respostas de duas dessas pessoas em nada se relacionavam com essa atividade turística.

O entendimento sobre os pressupostos dos eventos ecoturísticos é essencial em uma intervenção como a do projeto da Trilha Ecológica Olhos D'água, no qual a Companhia de Turismo de Belém (BELEMTUR) e a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Belém (SEMMA) subscrevem essa trilha a categorização de percurso programado, cujas interpretações e explicações sobre fauna e flora são realizadas por um guia que "é a alma de uma boa trilha" (FUNDAÇÃO PARQUES... 2002, p. 23) e intercalado por aspectos sócio-culturais vivenciados pelos grupos sociais locais como as histórias de mitos e lendas amazônicas contados aos visitantes pelos moradores mais antigos da área. A pergunta central é como pode um projeto desse porte criar um vínculo participativo "lúcido" desses grupos sociais sem um entendimento claro da atividade que se está realizando?

Não há dúvida de que as concepções vinculadas ao ecoturismo, como a intervenção da trilha Olhos D'água, representam um avanço com relação ao turismo tradicional, mas o manejo superficial do exótico e da beleza natural, segundo Diegues (1996, p. 92), exacerbada pelo "mito do verde e da natureza intocada" ainda persiste envolvendo agora as populações tradicionais (ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares...) que habitam os redutos naturais onde esses eventos preferencialmente se instalam. Para esse autor, no bojo dessas discussões reside o fato de que lidar com essas populações de forma a propiciar-lhes uma participação efetiva e garantir-lhes sua reprodução em suas áreas de origem, esbarra no fato de que em geral essas população são analfabetas e conhecem pouco de seus direitos, de circuito produtivo econômico e financeiro.

Em Mosqueiro, no circuito ecoturístico da trilha Olhos D'água, por exemplo, apesar de grande parcela dos chefes de família saberem ler e escrever tendo em média um grau de escolaridade de 4ª série do ensino fundamental, somente pouco mais de 10% da população local conseguiu abarcar a concepção dos eventos ecoturísticos e, desses, apenas um morador (com ensino médio profissionalizante) efetivamente se inseriu no circuito mundial do turismo ecológico recebendo fluxos internacionais em seu restaurante o que possibilitou a abertura de uma trilha ecológica própria. Os demais moradores apesar de considerarem importante a participação nos eventos da trilha, principalmente pela valorização e divulgação das localidades pelos ecoturistas, pouco apreendem a relação da trilha com suas experiências vivenciadas diariamente considerando que há uma grande diferença entre as atividades realizadas na trilha e na comunidade: "porque ali a gente só dá um demonstrativo muito rápido, uns 5 minutos e há um processo, seria muito bom mostra a própria realidade e não só demonstrar" (Moradora da Comunidade do Caruaru, jan. 2005), fato que para eles não engendra uma experiência de conhecimento da realidade local, pois os turistas "só vão de passagem não chegam a conversar com as comunidades" (Morador da Comunidade do C. do Mari-Mari, dez. 2004).

Nessa perspectiva, o turismo e, possivelmente, o ecoturismo pode levar a uma versão descaracterizada ou descontextualizada social e historicamente das práticas sócio-culturais vivenciadas pelas populações tradicionais amazônicas, não só pela não inclusão dos aspectos sociais, como também pelas práticas e teorias supervalorizadoras das populações tradicionais. No primeiro caso, por simplesmente desconsiderar a existência dos grupos sociais da floresta e, no segundo caso, por organizar as experiências vivenciadas por esses grupos em atrações de um espetáculo que em nome da sacralização do exótico tendência a manutenção dos padrões de vida preexistentes nessas áreas sem dar o direito desses grupos de participar do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999).

Segundo Figueiredo (1999), ao entrar no circuito do mercado de bens culturais a partir da atividade turística, a cultura popular e o folclore acabam organizados em “nichos de culturas” e, por conseguinte, se estabelecem nos Guetos Turísticos – reservas artificialmente criadas sob medida para os turistas desfrutarem da “cultura local”. Refletindo sobre esses impactos sobre a manifestação cultural no município de Soure (PA), o autor retrata os impactos sofridos pelo carimbó, dança característica de determinadas localidades amazônicas:

É ali que o carimbó tem seu espaço e são esses empreendimentos que praticamente o mantêm. Atualmente, excetuando-se os festivais e concursos durante a época junina e grandes eventos, não encontramos o carimbó em Soure. O único lugar em que pode ser observado e dançado é no hotel, que apresenta os “Shows de carimbó”, e nos ensaios dos grupos parafolclóricos. (FIGUEIREDO, 1999, p. 179)

Numa abordagem sobre o espaço do ecoturismo é preciso, pois, relativizar a intensidade com que se denota seus dois principais elementos: o natural e o humano, que analisados isoladamente repercutem coisificações, mas uma perspectiva de abordá-los em conjunto é apresentada por Moreira (1997) ao considerar o ambiente. Para esse autor o ambiente não é a natureza ele é o quadro referencial organizado pelo coletivo humano numa relação espacial identitária e, assim sendo, a natureza só passa a ser ‘ambientalidade’ quando fazendo parte desse quadro é sentida como um todo, sentindo-se, então, o todo enraizado num mundo.

Ranços e avanços do ecoturismo na Amazônia

A ambientalidade no turismo ecológico é imaginada como lócus de um espaço ainda submetido às culturas de interação tradicional, ensejada pela procura de paisagens em estado “originário”, onde se prima pelas pequenas operações denotadoras de baixos efeitos impactantes e grande conservação do meio ambiente e da “rusticidade local”, num processo de “valorização sem transformação” dos elementos “naturais” da paisagem e dos traços culturais das populações “nativas” locais. Fato observado nas diretrizes do modelo proposto para a Amazônia, onde em tese, as ações econômicas e sociais devem voltar-se para a utilização de matéria-prima local, que promovam a identificação do homem com seu meio natural por meio de suas adaptações singulares que parece ser o rastro da preservação histórica retratada por La Blache:

O homem, desde que sentiu a necessidade de se fixar, fez o seu ninho com os materiais que tinha ao seu alcance e sofreu a influência deles. É exato dizer, sobretudo a este respeito, que a matéria dita a forma. Razões de clima e de solo determinaram, segundo as regiões, o emprego preponderante da madeira, da terra ou da pedra [...]. (1954, p. 215)

Entretanto, o potencial de integração dos valores naturais e culturais indutores da constituição das “paisagens notáveis”, característica essencial na configuração dos chamados “espaços de reserva de valor”, como os espaços destinados a prática do ecoturismo, acaba sendo enfraquecido pelos impactos ao espaço físico da Trilha Olhos D’Água, como as constantes queimadas intencionais nas áreas de vegetação ao longo da trilha. Em agosto de 2004 cerca de 40m² de floresta foram devastados pelo fogo na localidade de Caruaru, segundo moradores locais, como represália às práticas turísticas da Trilha Olhos D’Água. Julga-se que esse ato tenha atingido espécies vegetais originárias de mata primitiva como a Andiroba (*Carapa guianensis Aubi*), árvore de grande porte que chega a atingir 30m de altura; a Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa Humb e Bonpi*); o Cupuaçú (*Theobroma grandiflorum (Willd. Ex Spreng) Schum*), uma espécie cujo fruto é muito apreciado. Esses exemplos florísticos, apenas algumas espécies das muitas encontradas em toda área de abrangência da trilha, compreende inúmeras possibilidades de uso pelas populações tradicionais da Amazônia como fornecedoras de madeira, fruto e remédio.

Assim, a inserção da ambientalidade do Castanhal do Mari-Mari, do Caruaru e do Espírito Santo na esfera da atividade turística provocou não só o agravamento das tênues relações coletivas entre essas como das relações sociedade-natureza, onde essa última acaba por não fazer mais parte de um todo enraizado e de um quadro de referências ambientais de uma parcela da população local. Esse agravamento das relações sociedade-natureza engendra uma perda nos indicadores de valorização do lugar para o desenvolvimento do turismo ecológico, ou seja, uma intensificação da transformação do meio ecológico pelo trabalho humano.

O *locus* de atração do ecoturismo pressupõe um ambiente onde o espaço é vivido, sentido e marcado por uma afetividade que, segundo Tuan (1980), revela o apego a terra, a familiaridade e o amor pelo lugar cuja natureza desperta e produz sensações capazes de tornar seus moradores profundamente conscientes de sua beleza e da necessidade de manejo adequado de seu ambiente. Num esforço de análise que tendencie a uma percepção do turismo ecológico como totalidade diferenciada dos outros movimentos turísticos, vislumbra-se a possibilidade da captação da interação entre o natural e o social através do vivido, das relações que ligam o homem a um certo meio e que nele e com ele imprimem sua materialidade.

É nessa relação que se deve pautar o ecoturismo, renegando intervenções impositivas sem, no entanto negar o acesso das populações tradicionais às inovações técnicas, o vivido não é um museu vivo, como nos lembra Figueiredo (1999), onde se deva transformar qualquer curiosidade humana das comunidades visitadas em atração “circense” e atribuir-lhe um valor monetário, ou ainda onde em nome do preservacionismo, deva ser mantido estático, a-histórico. A cultura, relata Santos (1999), é uma herança, mas também um re-aprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio.

Na prática, no entanto, é impossível negar a mercantilização da natureza e da cultura, consideradas as principais matérias para o turismo ecológico, mesmo enquanto espaço vivido. Contudo ao se partir da análise de Aulicino, para quem “O turismo deve constituir-se numa atividade centrada no homem, no ser humano no enriquecimento cultural do visitante, através do fortalecimento cultural de quem o recebe” (1997, p. 41), pode-se compreender a força do espaço vivido, não só, mas, fundamentalmente, para o turismo ecológico.

Sem entender o vivido interfere-se na vida cotidiana dos moradores amazônicos como os que se encontram na trilha ecológica Olhos D’água, cujas peculiaridades da organização sócio-espaacial local tem se realizado de maneira pouco integradora entre os moradores locais e os visitantes, inviabilizando o re-aprendizado profundo de que trata Santos (1999), um exemplo claro disso é a representação do fabrico da farinha de mandioca, um dos alimentos mais consumidos na Amazônia. A inserção desse hábito popular a esse circuito turístico tenta mediar o natural e o humano na trilha do ecoturismo em Mosqueiro, todavia, a simples representação do fabrico da farinha não é capaz de promover uma profunda troca de experiências entre visitantes e visitados e de ambos com o meio ecológico, relação exacerbada pelos precursores do ecoturismo e pelos gestores da trilha Olhos D’água.

Isso porque a demonstração da fabricação da farinha revela-se de fácil enunciado ao visitante fornecendo-lhe, como mostra Tuan (1980), apenas um ponto de vista, ao passo que a confecção de todos os artigos e materiais à fabricação da farinha propriamente dita expressa uma atitude mais complexa de maior dificuldade e que só indiretamente pode ser revelada através do comportamento, da tradição, do conhecimento e do mito. E, assim, que a etapa da confecção do material à fabricação da farinha ligada ao descasco da mandioca, por exemplo, revela-se muito mais complexa e com poderio maior de aproximação dos ecoturistas ao espaço vivido das localidades abarcadas pela trilha Olhos D’água, por ser uma etapa de intensa sociabilidade onde praticamente todos os membros de uma família se reúnem envoltos por laços comunicacionais (SANTOS, 1999).

É obvio que na realização de uma visita a um dado lugar, mediada pelo percurso de uma trilha cujo roteiro dura pouco mais de três horas, é praticamente inviável a apreciação de tais traços de sociabilidade pelos ecoturistas que acabam por serem remetidos apenas aos estímulos estéticos do lugar, guiados pela aparência, engendrando, no dizer de Tuan (1980), uma superficialidade na postura crítica desses turistas que ficam encantados:

[...] pelas vidas apáticas, do jogo atrás das vistosas fachadas [...] mas o jugamento do visitante é muitas vezes válidos. Sua principal contribuição é a perspectiva do novo. [...] O visitante, freqüentemente, é capaz de perceber méritos e defeitos, em um meio ambiente, que não são mais visíveis para o residente. (op. cit., p. 74-75)

Nesse ínterim, entende-se que uma trilha ecológica deve ser parte integrante de um circuito ecoturístico mais amplo e integrado, onde sejam possíveis intervenções como alojamentos turísticos nas casas dos moradores locais, o que permitiria aos ecoturistas experimentar com mais propriedade o espaço vivido das áreas receptoras e, dessa forma, proporcionar, na visão de Rodrigues (2003), respeito aos residentes e aos turistas, no primeiro caso por diminuir a noção de superioridade cultural dos visitantes em relação aos visitados e, no

segundo caso, por proporcionar uma experiência mais próxima das ofertadas nos panfletos das agências de viagens. Na trilha ecológica Olhos D'água, no entanto, e apesar do avanço em relação a outros empreendimentos ditos ecológicos na cidade de Belém, incisivamente pela inserção dos grupos sociais locais no circuito, a BELEMTUR imprime um sistema de objetos e um sistema de ação que normatiza o espaço mosqueirense para atender os fluxos e refluxos do ecoturismo não para uma apropriação efetiva desse espaço, mas para o consumo do conteúdo simbólico de suas paisagens.

Por não apreender a categoria do vivido, os governos quase nunca compreendem o valor simbólico das relações de co-presença existentes no local, e em nome das redes globais do “exótico”, da “indústria do verde” reordenam o espaço das populações tradicionais ao atendimento dos ecoturistas, e quando procuram articular essas populações ao processo de produção do espaço ecoturístico, os governos, atendem apenas as necessidades desse re-ordenamento necessário ao sucesso do empreendimento levando a desarticulação da ambientalidade tradicional e a mercantilização de algum aspecto da cultura local.

Segundo Diegues (1996) os aspectos culturais das populações tradicionais resultam de uma interação dialética das relações homem/meio, sendo essa interação enaltecida pelos planejadores e pelos operadores do turismo ecológico, que buscam envolver a população no desenvolvimento dessa atividade exacerbando seus aspectos culturais mais pitorescos. Mesmo para Fenell (2002), a quem os aspectos culturais são pano de fundo no turismo ecológico, de fato a abordagem da relação homem/meio pode contribuir com a gestão turística dos ecossistemas quando apresenta uma compreensão histórica que seja significativa e atraente a uma ampla gama de cidadãos e, assim, para complementar a visão daqueles que são atraídos ao turismo ecológico apenas por sua perspectiva biológica ou científica. Para López (2001) essa compreensão torna possível focalizar o turismo e suas várias ramificações sob a égide das trocas compartilhadas:

O turismo permite e coloca em circulação as várias relações entre as pessoas e suas nações, ampliando o leque dos amigos, conhecidos e também dos signos e símbolos compartilhados entre esses. Isso não significa que essa abordagem desconsidere as relações de dominação [...] Contudo, focalizando a questão sobre as trocas compartilhadas, entre turistas e moradores [...]. (op. cit., p. 81)

De acordo com Fenell (2002) não poderá ocorrer uma gestão humana eficaz dos ecossistemas por meio do ecoturismo sem uma clara compreensão do lugar das pessoas no contexto deles. O lugar apresenta-se como dimensão única, socialmente concreta, onde os fenômenos sociais são agregados em organizações comunitárias que resistem ao processo de individualização por meio de um acontecer solidário, cujo prolongamento ao longo do tempo, gera um sentimento de pertencimento. O ecoturismo não pode prescindir a existência dessa instância social - o lugar, pois é nela que se constrói as relações de ambientalidade, promovidas pelo movimento de cooperação e seus “esboços simbólicos” (SANTOS, 1999, p. 266).

Os “esboços simbólicos” revelam faces da identidade cultural de um povo, as identidades organizam significados e esses a identificação simbólica que marca o espaço vivido desse

povo, ao internalizar os significados, seus sujeitos, abarcam a totalidade da universalidade e nela se descobrem como singularidades. A identidade cultural é arquitetada por categorias valorativas que, como admite Azevedo (1997, p. 163), constituem-se por: 1. Valores peculiares individuais – hábitos, idéias e reações emocionais; 2. Valores alternativos – caracterizado por representarem reações diferentes frente a uma mesma situação (técnica de ensino, religião, etc.); 3. Valores como especialidades – reconhecido no curso de sua divisão do trabalho que embora não sejam eles próprios partilhados pela sociedade, os benefícios deles emergentes o são; 4. Valores universais – pertence abaixo do nível de consciência, como a língua, padrão de moradia e costumes, formas ideais de relacionamento.

É nesse contexto que a cultura particular de uma população – cultura popular, vivenciada num espaço que simboliza o próprio homem, onde as relações são limitadas segundo Santos “por uma interação profunda entre o homem e seu meio”, e, portanto, “encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar” (1999 p. 268) – deve ser apreendida pelo ecoturismo, fazendo evidenciar os mosaicos culturais resultantes das inúmeras relações mútuas e das adaptações dos organismos ao meio, sem coisificá-los que, no dizer de Diegues, não representam “uma submissão às imposições da natureza, mas como uma correlação de ampliação de seus efeitos positivos e a atenuação de seus efeitos negativos” (1996, p. 76).

Todos os caminhos conduzem a uma percepção nítida de que a exploração turística dos recursos ambientais revela em primeiro lugar a prestação de um serviço, cujo objetivo final é, sem dúvida, o lucro, mas também, a uma percepção de que não se pode reduzir exclusivamente à mercadologia a vida das populações, principalmente das tradicionais, a qual se assenta em alicerces mais profundos, conforme relata Azevedo (1997), em pilares da cultura que respondem pela afirmação da sua respectiva identidade sem se fechar a outras contribuições. Para López (2001) a base não-mercadológica dos movimentos turísticos revela-se na demonstração de orgulho dos moradores das áreas receptoras, ou seja, dos sentimentos, significados e privilégios que esses identificam a sua pertença ao lugar e a pertença desse ao mundo. No circuito do turismo ecológico de Mosqueiro isso se evidencia nos relatos de cerca de 80% dos 26 chefes de famílias entrevistados:

Gosto de contar a estória. É importante [...] eles acham graça o língua (intérprete) conta para eles (japoneses). Morador do Castanhal do Mari-Mari – 76 anos, dez. 2003. (grifos nosso)

Que foi bom porque temos novos conhecimentos, ver estrangeiro [...] ele divulga mais a comunidade, a gente fica mais conhecido. Moradora do Caruaru – 30 anos, dez. 2003.

Portanto, a prestação desse serviço deve basear-se na qualidade de sua produção e na fomentação da “densidade social” produzida pela fermentação da identidade cultural (valores intrínsecos) e do seu contraponto, a diversidade (valores extrínsecos). Ambas coexistem, sem que se constituam ameaças à sobrevivência de um grupo, desde que mantidos o respeito pelos valores centrais de uma determinada cultura, possibilitando a promoção de sua síntese, pode-se ir incorporando-lhe inovações pelo desenvolvimento de adequações de propostas

de trabalhos e projetos (AZEVEDO, 1997). A força desse movimento de incorporação seletiva de inovações a um passado, reinterpretando-o para um futuro liberado, não ocorrerá se a memória desse passado for destruída ou esquecida. Desvincilhando-se a cultura de seu passado (sua memória) corre-se o risco, sem dúvida, de tratar os costumes dos habitantes de uma localidade, da mesma maneira como foram relatados nas narrativas e compilações pelos quinhentistas, onde ora era o maravilhoso, ora o anedótico que predominava (LA BLACHE, 1954).

Considerações Finais

O potencial educador, valorizador e difusor da diversidade cultural e biológica que os eventos ecoturísticos podem propiciar correspondem a uma perspectiva mais coerente à prática do turismo na região Amazônica, mas que isso uma reforma necessária para não se aprofundar as lacunas entre sociedade e natureza. Esse potencial pode através da mediação do espaço vivido dos diversos lugares amazônicos possibilitar uma percepção mais rica da ambientabilidade dos grupos sociais que aí residem. Pode-se dizer então que se é o apelo natural do meio ambiente à motivação para o turismo ecológico, são as formas humanas através de suas ações no meio, a maior expressão de singularidade dos espaços onde esse turismo ocorre, pois como assesta Tuan (1980, p. 110) torna a “[...] apreciação da paisagem mais pessoal e duradora” por “[...] está mesclada com lembranças de incidentes humanos”.

No caso da Trilhas Olhos D’água alocada na capital do estado do Pará, esse potencial só parcialmente pode ser apreciado, apesar desse empreendimento constituir-se um marco diferencial por tentar apreender os traços sócio-culturais dos grupos sociais locais e não somente as características zoo-botânicas da área. Isso porque a apreensão desses traços ainda restringe-se a uma certa “dramatização” de hábitos e costumes locais, a exemplo da coleta do açaí que passou a ser apresentada aos visitantes com uma artificialidade que perpassa pela extração do fruto de açaizeiros que não têm açaí.

Nesse ínterim, esse hábito local torna-se ao visitante de um sentido objetivo, ou seja, de todo o significado social que representa essa espécie aos amazônidas. Assim, as atividades das ramificações do turismo alternativo, como o ecoturismo, destinam-se muito mais a captar as demandas internacionais do “ver o verde” e “ver o primitivo” do que a propiciar uma efetiva articulação entre os diferentes (visitantes e visitados) ou a ser encarado como um “fato social total” como preconiza López (2001). Como assesta Tuan (1980, p. 74) o “ver” do visitante remete a leitura tradicional das paisagens, a aparência, sendo necessário “um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes”.

Nesse viés, o turismo ecológico aproximar-se-ia de um “fato social total” quando mais evidenciasse essa empatia, sendo que essa só será evidenciada quando os circuitos produtivos do turismo ecológico conduzam os turistas a experienciarem o espaço vivido das áreas receptoras, minimize os aspectos de feiúra e beleza relacionados ao local de estadia e, dessa forma contribuir para uma percepção mais nítida sobre os méritos e defeitos do meio ambiente visitado.

Referências

- AULICINO, M. P. Algumas implicações turísticas dos recursos naturais. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- AZEVEDO, J. Enraização de propostas turísticas. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- COMPANHIA DE TURISMO DE BELÉM - BELEMTUR/PMB. *Plano de revitalização da Trilha Olhos D'água, Mosqueiro*. Belém: BELEMTUR/PMB, 2002.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FENELL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FIGUEIREDO, S. L. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.
- FUNDAÇÃO PARQUES E ÁREAS VERDES DE BELÉM - FUNVERDE; COMPANHIA DE TURISMO DE BELÉM- BELEMTUR. *Inventário Florístico da Trilha "Olhos D'água": Comunidades do Caruaru e Castanhal do Mari-Mari, Distrito de Mosqueiro-Belém/Pa*. Belém, 2002.
- LA BLACHE, V. de. *Princípios de geografia humana*. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.
- LÓPES, T. Rotas nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto. In: BANDUCCI JR., A.; BARRETO, M. (Orgs.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: *Ciência Geográfica*, Bauru, n. 6, 1997.
- RODRIGUES, A. B. (Org.) *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.
- RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

